

O balaio de generosidades

Com jeitinho, com habilidade, com inteligência e esperteza o presidente Fernando Henrique Cardoso descobriu uma maneira de usar a máquina do governo na campanha eleitoral, sem parecer que está usando, ou sem que os adversários reclamassem.

Enquanto todos discutiam se viajava como candidato ou como presidente, se chegava de paletó numa cidade e de roupa esportiva em outra, ou se as suas despesas seriam pagas pelo Tesouro Nacional ou pela tesouraria de seu partido, o presidente tomava decisões de governo de claríssimas e indiscutíveis repercussões eleitorais, e ninguém teve coragem de reclamar.

Primeiro, porque o governo tem que governar mesmo. A reeleição não só dispensou o presidente de se licenciar como não impôs que ficasse congelado no cargo. Em segundo lugar, as decisões de governo, antes de serem consideradas de caráter eleitoral, foram aceitas como positivas e de interesse de todo mundo, e nem há necessidade de encomendar pesquisa para conferir isso.

Ninguém, em sã consciência, ousaria reclamar, por exemplo, da medida que reacomodou os preços dos combustíveis aos padrões internacionais e permitiu baixar o preço da gasolina no posto da esquina. Também ninguém seria maluco de se queixar da redução de sete pontos percentuais do IPI dos automóveis, mesmo sabendo que depois da eleição a alíquota desse imposto voltará a subir dois pontos até o fim do ano e mais dois pontos no próximo ano. O que importa é que, mesmo com a tradição das montadoras de se apropriarem das reduções de impostos, sem repassá-las aos compradores, desencadeou-se na última semana uma disputa de marcas de carros para oferecer preços mais vantajosos.

Não seria uma incoerência baixar o IPI e também reduzir generosamente o Imposto sobre Operações Financeiras de 15% para 6%, no momento em que o desafio sabido como mais grave do governo seria exatamente o do déficit fiscal? Argumenta-se, no caso do IPI, que os pátios das montadoras estão cheios de carros. Paralisadas as vendas, cai também a arrecadação de impostos. Com o estímulo da redução temporária do IPI, a arrecadação se recupera à medida em que cresce o volume de vendas. No caso do IOF, o objetivo é tornar o crédito mais barato, não só para estimular o consumo, como também para aliviar a agonia dos inadimplentes.

Assim foi a explicação oficial, e admita-se que seja assim, pois faz sentido. Mas a verdade é que a equipe econômica do governo age com o sentimento da política à flor da pele. Ali não há bobos. A capa de seriedade acadêmica e de responsabilidades graves na condução de um plano de estabilização da economia esconde homens de sensibilidade política que agem, sim, em função do calendário eleitoral, embora digam que não. Seriam bobalhões se agissem diferente.

Sempre foram sinceros ao dizer que jamais deixariam de adotar medidas antipáticas para os eleitores, mesmo em período eleitoral. Têm todos muito bem gravada na memória a experiência desastrosa da reunião de Carajás, quando o então presidente José Sarney se recusou a adotar providências severas de correção do Plano Cruzado, preferindo deixar tudo correndo solto para assegurar o curso sereno de uma eleição de governador só perdida pelos partidos do governo em um solitário estado.

Mas ninguém jamais ouviu da equipe econômica atual a declaração de que também tomaria decisões simpáticas aos eleitores e aos candidatos oficiais durante o período eleitoral da campanha eleitoral. Não se pode cobrar-lhes incoerência. No máximo, poderiam ser criticados por oportunismo eleitoral. Mesmo neste caso seriam capazes de justificar que só agora o período de serenidade da economia brasileira permitiria o abrandamento das medidas rigorosas baixadas no início da crise financeira asiática, no final do ano passado.

É discutível se essas medidas poderiam ter sido adotadas antes ou não. O que não se pode discutir mais é que, com o IPI, o IOF, a gasolina, o calendário de privatizações, a maquiagem do déficit, o pacote do emprego, a abertura de torneiras de financiamento para os estados e a liberação mais generosa de recursos para a área social a equipe econômica deixou rastros para provar que, finalmente, também sabe adotar medidas de efeito político com precisão de relojoeiro. O saco de maldades de meses transformou-se, agora, em balaio de generosidades.